Estado de Mato Grosso do Sul Rua Dourados, 339

CEP 79.982-000

PUBLICADO NO ORGÃO OFICIAL DO MUNICIPIO

LEI Nº 004/93

EDITADO EM, 27/0/193

"INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊ<u>N</u> CIAS".

LUIZ BEZERRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal, de Japorã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte lei:

CAPÍTULO I Seção Única DOS OBJETIVOS

- Art. 1º Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas ou coordenadas pelo Departamento Municipal de Saúde Pública, que compreendem:
- ${f I}$ o atendimento à saúde universalizada, integral, regionalizado e hierarquizado;
 - II a vigilância sanitária;
- III a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;
- IV o controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho, em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

Seção I

DA SUBORDINAÇÃO DO FUNDO

CEP 79.982-000

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

- Art. 3^{o} São atribuições do Diretor do Departamento Mun<u>i</u> cipal de Saúde Pública:
- I gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer a pol \underline{i} tica de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde;
- II acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;
- III submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de \underline{a} plicação a cargo do Fundo, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstr \underline{a} ções mensais de receita e despesa do Fundo;
- ${f V}$ encaminhar à contabilidade geral do Município, as de monstrações mencionadas no inciso anterior;
- VI subdelegar competências aos responsáveis pelos estabe lecimentos de prestação de serviços de saúde que integram a Rede Municipal;
- VII assinar cheques, juntamente com o Prefeito Municipal,
 quando for o caso;
 - VIII ordenar empenhos e pagamentos das despesas do «Fundo;
- IX firmar convênios e contratos, inclusive de empréstimos, referentes a recursos que serão administrados pelo Fundo.

Seção III DA COORDENAÇÃO DO FUNDO

- Art. 4º São atribuições da Coordenadoria do Fundo:
- I preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Diretor do Departamento Municipal de Saúde Pública;
- II manter os controles necessários à execução orçament \underline{a} ria do Fundo, referentes a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;
- III manter, em coordenação com o setor de patrimônio da Prefeitura Municipal. os controles necessários sobre os bens na

CEP 79.982-000

trimoniais com carga ao Fundo;

- IV encaminhar à contabilidade geral do Município:
- a) mensalmente, as demonstrações de receitas e despesas;
- b) trimestralmente, o inventário de estoques de medica mentos e de instrumentos médicos;
- c) anualmente, o inventário dos bens móveis e imóveis e
 o Balanço Geral do Fundo:
- ${f V}$ firmar, com o responsável pelos controles da execução orçamentária, as demonstrações mencionadas anteriormente;
- VI preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Diretor do Departamento Municipal de Saúde Pública;
- VII providenciar, junto à contabilidade geral do Município, as demonstrações que indiquem a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;
- VIII apresentar, ao Diretor do Departamento Municipal de Saúde Pública, a análise e a avaliação da situação econômico-fi nanceira do Fundo Municipal de Saúde detectada; nas demonstrações mencionadas;
- IX manter os controles necessários sobre convênios e contratos de prestação de serviços pelo setor privado e dos emprés timos feitos para a saúde;
- X apresentar ao Diretor do Departamento Municipal de Sa úde Pública, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no inciso anterior;
- ${\sf XI}$ manter o controle e a avaliação da produção das unida des integrantes da Rede Municipal de Saúde;
- XII encaminhar mensalmente ao Diretor do Departamento Municipal de Saúde Pública, relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela Rede Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - O cargo de Coordenador do Fundo será \underline{e} xercido privativamente por um Assessor Especial de Gabinete de signado para esse fim.

CEP 79.982-000

Seção IV

DOS RECURSOS DO FUNDO

Subseção I

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º - São receitas do Fundo:

- I as transferências oriundas do orçamento da Seguridade Social da União, como decorrência do que dispõe o art. 30, VII, da Constituição Federal;
- II os rendimentos e os juros provenientes de aplicações financeiras;
- III o produto de convênios firmados com outras entidades financiadoras;
- IV o produto da arrecadação da taxa de fiscalização sanitária de higiene, multas e juros de mora por infrações ao Código Sanitário Municipal bem como parcelas de arrecadação de outras taxas já instituídas e daquelas que o Município vier a criar.
- ${f V}$ as parcelas do produto da arrecadação de outras receitas próprias oriundas das atividades econômicas, de prestação de serviços e outras transferências que o Município tenha direito a receber por força de lei e de convênio no setor;
- VI doações em espécie feitas diretamente para este Fu $\underline{\mathsf{n}}$
- § 1º As receitas descritas neste artigo, serão deposita das obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.
- § $2^{\underline{o}}$ A aplicação dos recursos de natureza financeira de penderá:
- I da existência de dispênibilidade em função do cumpr \underline{i} mento da programação;
 - II de prévia aprovação do Prefeito Municipal.

Subseção II

DOS ATIVOS DO FUNDO

Art. 6º - Constituem ativos do Fundo Municipal de Saúde: I - disponibilidades monetárias em hancos ou em caixa es

CEP 79.982-000

pecial oriundas das receitas específicas;

- II 7- direitos que porventura vier a constituir;
- III bens e imóveis que forem destinados ao sistema de Sa $\underline{\acute{u}}$ de do Múnic $\acute{1}$ pio;
- ${f IV}$ bens móveis e iméveis doados, com ou sem ônus, dest $\underline{\underline{i}}$ nados ao sistema de saúde;
- ${f V}$ bens móveis e imóveis destinados à administração do sistema de saúde do Município.

Parágrafo Único - Anualmente, se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

Subseção III DOS PASSIVOS DO FUNDO

Art. 7^{o} - Constituem passivos do Fundo Municipal de Sa $\underline{\acute{u}}$ de, as obrigações de qualquer natureza que porventura o Munic $\underline{\acute{1}}$ pio venha a assumir para a manutenção e o funcionamento do sistema municipal de sa $\underline{\acute{u}}$ de.

Seção V

DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Subseção I

DO ORÇAMENTO

- Art. 8^{o} O orçamento do Fundo Municipal de Saúde eviden ciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, observados o Plano Plurianual de Dotações Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.
- § 1º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde integrará o orçamento do Município, em observância ao princípio da unidade.
- § 2^{o} O orçamento do Fundo Municipal de Saúde observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabe lecidos na legislação pertinente.



Estado de Mato Grosso do Sul Rua Dourados, 339

CEP 79.982-000

Subseção II DA CONTABILIDADE

- Art. 9º A contabilidade do Fundo Muncipal de Saúde tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e or çamentária do sistema municipal de saúde, observados os padrões, e normas estabelecidas na legislação pertinente.
- Art. 10 A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das suas funções de controle prévio, concomitante e subsequente e de informar, inclusive de apropriar e apurar custos de serviços, e consequentemente, de concretizar o seu objetivo, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.
- Art. 11 A escrituração contábil será feita pelo método das partidas dobradas.
- § 1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de ge \underline{s} tão, inclusive dos custos dos serviços.
- § 2^{o} Entende-se por relatórios de gestão os balancetes mensais de receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde e demais demonstrações exigidas pela Administração e pela lagislação pertinente.
- § 3º As demonstrações e os relatórios produzidos pas sarão a integrar a contabilidade geral do Município.

Seção VI DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA Subseção I DA DESPESA

- Art. 12 Imediatamente após a promulgação da Lei do Orça mento, o Prefeito Municipal aprovará o quadro de cotas traimes trais, que serão distribuídas entre as unidades executoras do sistema de saúde, quando for o caso.
- Art. 13 Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORÃ

Estado de Mato Grosso do Sui

Rua Dourados, 339

CEP 79.982-000

Parágrafo Único - Pará os casos de insuficiência e omissões orçamentárias, poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

- Art. 14 A despesa do Fundo Municipal de Saúde se constituirá de:
- I financiamento total ou parcial de programas integrantes de saúde desenvolvidos pelo Departamento Municipal de Saúde
 Pública ou com ela conveniados;
- II pagamento de vencimentos, salários, quantificações ou pessoal dos órgãos ou entidades de administração direta ou indireta que participem da execução das ações previstas no $art. 1^{\circ}$, da presente Lei;
- III pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para execução de programas ou projetos específicos do setor saúde, observado o disposto no $\S 1^{\circ}$, art. 199, da Constituição Federal;
- IV aquisição de material permanente, de consumo e outros: insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- V construção, reforma, ampliação aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física de prestação de servi ços de saúde;
- VI desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, adminsitração e controle das ações de saúde;
- m VII desenvolvimento de programas de capacitação e aperfei çoamento de recursos humanos em saúde;
- VIII atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações e serviços de sa $\underline{\acute{u}}$ de mencionados no artigo 1º, da presente Lei.

Subseção II

DAS RECEITAS

Art. 15 - A execução orçamentária das receitas se proces sará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas x nesta Lei.

CEP 79.982-000

Art. 17 - As eventuais despesas com a execução da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do orçamento, su plementadas se necessário e no que couber.

Art. 18 - Fica autorizado ao Prefeito Municipal efetuar a abertura de crédito adicional suplementar ou especial, se for o caso, para atender às necessidades operacioanais da presente Lei, observados os limites estabelecidos na legislação orçament \underline{a} ria em vigor.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publ \underline{i} cação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORÃ; ES TADO DE MATO GROSSO DO SUL, AOS TREZE DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE HUM MIL NOVECENTOS E NOVENTA E TRÊS.

Luiz Bezerra dos Santos

PREFEITO MUNICIPAL